



ACÓRDÃO Nº915/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12229/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Luciellen Ferreira Marques (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Euler Araujo da Costa - OAB/AM 10908.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP, DICREA e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3201/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade da **Sra. Luciellen Ferreira Marques**, conforme o art. 22, inciso III, alínea b c/c art. 25, da Lei Estadual nº 2.423-LO/TCE, considerado as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas da instrução;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Luciellen Ferreira Marques, no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais), nos termos da Lei Estadual nº2423/1996, art.54, III, "b", e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, diante das impropriedades relacionadas nos itens 10 a 13 do Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



ACÓRDÃO Nº915/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte que adote as providências cabíveis para aprimorar e garantir o cumprimento da legislação a que está subordinada, em especial os itens 11 e 12, da Notificação nº 004/2020-CI/DICAMI;

10.4. Notificar a Sra. Luciellen Ferreira Marques, por meio de seu procurador habilitado nos autos, e demais interessados, para tomarem conhecimento do julgado e, querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral